

Balanco Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	22.801	73.961	Fornecedores	16	441.196	458.390
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	6	596.461	454.955	Obrigações Trabalhistas	17	62.308	50.799
Tributos a Recuperar	7	36.463	20.453	Obrigações Fiscais	18	358.272	260.398
Estoques	8	16.846	16.984	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	19	33.905	4.954
Outros Créditos a Receber	9	168.345	132.851	Provisão para Benefícios a Empregados	20	94.752	105.426
Ativo Financeiro Setorial Líquido	10	-	176.669	Obrigações da Concessão	21	368.790	230.602
		840.916	875.873	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	70.354	81.516
				Outros Passivos	24	148.277	159.123
				Passivo Financeiro Setorial Líquido	10	303.811	-
						1.881.665	1.351.208
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	6	10.390	113.069	Fornecedores	16	191.057	237.217
Tributos a Recuperar	7	13.852	10.065	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	19	426.968	474.965
Aplicações Financeiras	5	7.782	9.751	Provisão para Benefícios a Empregados	20	965.713	763.172
Depósitos Judiciais	11	85.329	90.169	Obrigações Fiscais	18	275.418	198.795
Ativo Financeiro da Concessão	12	469.387	472.579	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	156.954	137.638
Bens e Direitos	13	42.457	49.543	Obrigações da Concessão	21	385.223	195.562
Outros Créditos a Receber	9	1.912	1.876	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	18.667	59.290
Imobilizado	14	165.748	168.676	Outros Passivos	24	394.909	381.713
Intangível	15	1.822.791	1.524.363			2.814.909	2.448.352
		2.619.648	2.440.091				
				PASSIVO A DESCOBERTO			
				Capital Social	25.1	23.703	23.703
				Reserva de Incentivos Fiscais	25.2	1.592.060	1.592.060
				Outros Resultados Abrangentes	25.3	(435.484)	(210.249)
				Prejuízos Acumulados	-	(2.416.289)	(1.889.110)
						(1.236.010)	(483.596)
TOTAL DO ATIVO		3.460.564	3.315.964	TOTAL DO PASSIVO		3.460.564	3.315.964

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	2.764.254	3.558.058
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(3.051.845)	(3.656.859)
Custo com Energia Elétrica	28	(1.940.157)	(2.700.978)
Custo de Operação	29	(1.111.688)	(955.881)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(287.591)	(98.801)
Despesas Operacionais		(267.342)	(227.094)
Despesas com Vendas	29	(71.503)	(78.571)
Despesas Gerais e Administrativas	29	(114.943)	(108.085)
Outras Despesas Operacionais	29	(80.896)	(40.438)
Outras Receitas	30	96.340	65.364
Outras Despesas	30	(44.553)	(41.182)
RESULTADO DO SERVIÇO		(503.146)	(301.713)
Resultado Financeiro, Líquido	31	(64.656)	(253.297)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(567.802)	(555.010)
Imposto de Renda Diferido	32	29.870	29.975
Contribuição Social Diferida	32	10.753	10.791
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(527.179)	(514.244)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	26	(54,46)	(1,33)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	26	(54,46)	(1,33)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do Exercício		(527.179)	(514.244)
Outros Resultados Abrangentes		(225.235)	(57.361)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		-	927
Venda de Títulos do Governo		-	12.816
Perda Atuarial		(225.235)	(66.430)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes		-	(4.674)
Resultado Abrangente do Exercício		(752.414)	(571.605)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações no Passivo a Descoberto
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de Lucro			
	Capital Social Integralizado	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2014	23.703	1.592.060	(1.374.866)	(152.888)	88.009
Prejuízo do Exercício	-	-	(514.244)	-	(514.244)
Outros resultados abrangentes					
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	13.743	13.743
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	(4.674)	(4.674)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	(66.430)	(66.430)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	(57.361)	(57.361)
Saldos em 31/12/2015	23.703	1.592.060	(1.889.110)	(210.249)	(483.596)
Prejuízo do Exercício	-	-	(527.179)	-	(527.179)
Outros resultados abrangentes					
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	(225.235)	(225.235)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	(225.235)	(225.235)
Saldos em 31/12/2016	23.703	1.592.060	(2.416.289)	(435.484)	(1.236.010)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(527.179)	(514.244)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	(59.940)	128.556
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	125.018	58.633
Constituição de Provisão para Passivos e Outras.....	197.280	67.869
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.494	41.554
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(40.623)	(40.766)
Baixas do Ativo Biológico, Ativo Imobilizado e Intangível	298.989	165.440
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-	(316)
CAIXA GERADO/APLICADO NAS OPERAÇÕES	27.039	(93.274)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(4.140)	(426.038)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	(72.321)	(172.412)
Tributos a Recuperar	(19.797)	11.983
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	1.969	17.695
Estoques	138	(3.942)
Investimentos em Títulos do Governo	-	61.057
Depósitos Judiciais	4.840	(17.531)
Ativo Financeiro da Concessão	3.192	(390.833)
Outros Créditos a Receber	(35.532)	42.052
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA	113.371	25.893
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	578.961	712.747
Fornecedores	(63.354)	303.198
Obrigações Trabalhistas	11.509	1.669
Obrigações Fiscais	174.497	206.672
Provisão para Benefícios a Empregados	(109.627)	(97.028)
Obrigações da Concessão	327.849	253.676
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(112.863)	(56.381)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	4.674
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA	367.109	-
Pagamento de Encargos de Dívidas	(18.507)	(20.940)
Outros Passivos	2.348	117.207
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	601.860	193.435
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(712.421)	(148.086)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(210.773)	(132.327)
Aquisição de Ativo Intangível	(501.648)	(15.759)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	59.401	(14.103)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	63.525	113.613
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos.....	(4.124)	(127.716)
DIMINUIÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(51.160)	31.246
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	73.961	42.715
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	22.801	73.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	27	4.993.550	5.774.224
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	29	(33.494)	(41.554)
Outras Receitas e Despesas		51.787	24.182
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.551.869)	(3.274.696)
Material	29	(31.631)	(20.687)
Serviços de Terceiros	29	(112.367)	(95.393)
Custo de Energia Comprada	28	(1.940.157)	(2.700.978)
Outros Custos Operacionais	29	(14.602)	(13.794)
Custo de Construção	29	(372.654)	(359.616)
Outras Despesas Operacionais		(80.458)	(84.228)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		2.459.974	2.482.156
(-) Depreciação e Amortização	29	(23.356)	(4.721)
(-) Amortização do Intangível da Concessão	29	(101.662)	(53.912)
(-) Provisões	29	(67.600)	(19.861)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		2.267.356	2.403.662
(+) Receitas Financeiras	31	465.634	279.624
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.732.990	2.683.286
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		468.216	413.592
Remuneração Direta		202.704	209.475
Benefícios		85.995	49.968
Plano de Benefícios Previdenciais		136.402	122.291
Compromissos Previdenciais		13.276	13.409
F.G.T.S.		29.839	18.449
Impostos, Taxas e Contribuições		2.252.554	2.242.506
Federais		944.772	1.186.660
Estaduais		1.307.782	1.055.527
Municipais		-	319
Remuneração de Capitais de Terceiros		539.399	541.432
Despesas Financeiras	31	530.290	532.921
Aluguéis	29	9.109	8.511
Remuneração de Capitais Próprios		(527.179)	(514.244)
Prejuízo do Exercício		(527.179)	(514.244)
TOTAL		2.732.990	2.683.286

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. A CEEE-D foi organizada em conformidade com a Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, tendo sido constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 27 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal Nº 10.848/04. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Concessão

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,60 milhões de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo de 09 de dezembro de 2015 prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1.1.1. Prorrogação da Concessão

O Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos. A prorrogação tem o objetivo de atender aos critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação do serviço para os usuários.

No dia 03 de julho de 2015 a CEEE-D entregou à ANEEL o requerimento de prorrogação acompanhado dos documentos comprobatórios para dar andamento ao processo de renovação da sua concessão conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012.

Em 21 de outubro de 2015 a ANEEL deliberou o resultado da Audiência Pública nº 38/2015 com a recomendação ao Poder Concedente de prorrogar 40 concessões de distribuição de energia elétrica, dentre elas a da CEEE-D. A Audiência Pública recebeu contribuições à minuta do contrato de concessão das concessionárias de distribuição com o objetivo de definir detalhadamente as métricas para cada uma das condições listadas no Decreto nº 8.461, 02 de junho de 2015. As contribuições da sociedade englobaram os aspectos referentes à qualidade, governança, transparência e sustentabilidade, tarifas e aspectos gerais do contrato.

Em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando a concessão até 07 de julho de 2045. Tendo em vista o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015 e conforme cláusula décima oitava do 4º Termo Aditivo, a companhia deverá observar, pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016 um conjunto de condições estabelecidas nos Anexos II e III cujos critérios são a eficiência na prestação do serviço de distribuição e a eficiência na gestão econômica e financeira.

De acordo com o Anexo II do referido documento, o critério de eficiência na prestação do serviço de distribuição será monitorado por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço. Já os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, de acordo com o Anexo III do referido documento, foram definidos para os primeiros cinco anos a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do 4º Termo Aditivo. As definições e conceitos utilizados nos parâmetros econômicos e financeiros consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Contabilidade Regulatória, de acordo com o conteúdo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014,

O parâmetro mínimo de sustentabilidade econômica e financeira deve corresponder à seguinte condição:

- Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida ≥ 0

Também devem ser observadas as seguintes inequações as quais devem ser alcançadas nos prazos estabelecidos e mantidas doravante a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do 4º Termo Aditivo:

- I. LAJIDA ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020)
- II. $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida 2019 e 2020)
- III. $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (0,8 * SELIC)$ (até o término 2019)
- IV. $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (1,11 * SELIC)$ (até o término 2020)

Conforme a subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo, antes de instaurado processo administrativo pela ANEEL, em face de descumprimento das condições de prorrogação, a Companhia tem a possibilidade de apresentar plano de transferência societário, porém, conforme a subcláusula primeira da cláusula décima oitava, o descumprimento efetivo de uma das condições de prorrogação dispostas nos Anexos II e III por dois anos consecutivos ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão, respeitadas as disposições definidas no 4º Termo Aditivo, particularmente o direito de ampla defesa.

1.2. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de novembro e revisadas a cada 05 (cinco) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:



Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e outras receitas.

Parcela A	Parcela B
Custo de aquisição de Energia	Custos Operacionais
Custo com Transporte de Energia	+
Encargos Setoriais:	Cota de depreciação
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;	+
Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;	Remuneração do Investimento
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH;	-
Encargos de Serviços do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER;	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE;	
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE;	
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema – ONS	Outras Receitas

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador, e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores de baixa renda, residenciais, comércios, etc.). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.2.1. Distribuição - Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.171/2016, aprovou os valores da Revisão Tarifária Periódica da CEEE-D. As tarifas de aplicação homologadas estarão vigentes entre 22 de novembro de 2016 e 21 de novembro de 2017.

O efeito médio para todos os consumidores da Companhia foi de uma redução de 16,28%, sendo -17,87% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e - 13,12% para alta tensão em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). Tal redução pode ser explicada pela redução dos custos da Parcela A. Apesar da redução tarifária, percebeu-se melhora da qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia desempenhado pela Companhia.

O processo de Revisão tarifária periódica, também homologou o novo valor de Parcela B da CEEE-D para o novo ciclo tarifário. A Parcela B compreende as despesas com a prestação do serviço de distribuição de energia e se refere a custos inerentes à atividade de distribuição, que estão sujeitos ao controle e influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária e, por definição, são repassados por meio de valores regulatórios. A parcela B foi aumentada de R\$614.094.727,87 para R\$734.207.961,27, incremento de 19,56%.

1.2.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de

geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas, já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 os valores acrescidos pelas bandeiras amarela e vermelha foram inicialmente definidos em R\$1,50 e R\$3,00 a cada 100 kWh e a partir de 2 de março foram atualizados para R\$2,50 e R\$5,50 a cada 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$5,50 para R\$4,50 a cada 100 kWh e em 1º de fevereiro de 2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$3,00 e R\$4,50, aplicados a cada 100 kWh consumidos e a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$2,50 para R\$1,50, aplicados a cada 100 kWh conforme Resolução Homologatória nº 2.016/2016.

As faixas de acionamento das bandeiras tarifárias são:

- a) bandeira tarifária verde: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de 211,28 R\$/MWh;
- b) bandeira tarifária amarela: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a 211,28 R\$/MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de 422,56 R\$/MWh;
- c) bandeira tarifária vermelha – patamar 1: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de 422,56 R\$/MWh e for inferior ao valor de 610,00 R\$/MWh; e
- d) bandeira tarifária vermelha – patamar 2: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor de 610,00 R\$/MWh.

Por meio do Decreto nº 8.401/2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário. Os valores recebidos, seja pelo faturamento de Bandeiras Tarifárias, seja pelo repasse da conta centralizadora para a Companhia, são deduzidos da constituição de CVA Energia e ESS.

1.2.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária

Em novembro de 2016 ocorrerá a Revisão Tarifária da Companhia, onde, considerando os investimentos realizados no último ciclo, a Concessionária tem a expectativa de um incremento em sua Parcela B, com um crescimento efetivo de sua receita operacional a partir de dezembro de 2016.

1.3. Plano de Ajuste Estrutural

A Administração da Companhia instituiu um Plano de Ajuste Estrutural com o propósito de efetuar um diagnóstico da situação econômico-financeira da Companhia partindo de uma análise de sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. O referido Plano teve suas diretrizes aprovadas pela Diretoria no dia 27 de novembro de 2015, e foi apresentado ao Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2015, destacando o cenário recente do setor elétrico nacional e as condições estabelecidas nos termos aditivos aos contratos de concessão das empresas do Grupo CEEE, especialmente os impactos incidentes do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 081-1999 da CEEE-D, contemplando os critérios de eficiência, racionalidade e modicidade tarifária.



A partir desse diagnóstico, o Plano de Ajuste Estrutural estabelece diretrizes, ações e metas, mediante a busca da eficiência da qualidade do serviço prestado, da eficiência da gestão econômico-financeira e da racionalidade operacional e econômica nos termos propostos pelo Decreto nº 8.461/2015 e condicionantes expressas no termo aditivo ao contrato de concessão.

O Plano tem como eixo central o completo alinhamento ao modelo de regulação preconizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com incremento de receita a partir da assertividade dos investimentos e adequação dos custos e despesas operacionais aos limites da tarifa. Uma série de ações descritas no Plano de Ajuste Estrutural foi realizada, especialmente àquelas que se referem às tratativas para alongamento do mútuo firmado com a CEEE-GT a repactuação dos débitos setoriais e de tributos federais, a criação do Comitê de Racionalização de Gastos, a reprogramação orçamentária e o Plano de Resultados.

Somam-se, ainda, as ações já em andamento para a reestruturação das dívidas contratuais, buscando-se carências e prazos mais longos de amortizações, invertendo a lógica de endividamento de curto prazo, perseguindo uma redução significativa nas despesas financeiras e a melhoria considerável do desempenho de caixa.

Combinando-se as metas de investimentos prudentes e regulatórios com o novo perfil do custo dos financiamentos, a CEEE-D trabalha para a realização das captações financeiras vinculadas aos investimentos, com período de carência adequado e custo compatível com a nova lógica financeira da empresa.

Dentre as ações do Plano de Ajuste, é necessário salientar também aquelas que buscam a redução do custo operacional, tais como a manutenção do Plano de Desligamento Incentivado – PDI, a implantação do novo sistema ERP (Enterprise Resource Planning) que juntos viabilizam a reestruturação organizacional, buscando equilibrar a relação do quanti-qualitativo de pessoal e melhorar a capacidade de atendimento dos serviços, com ganhos de produtividade e redução de despesa de pessoal.

Registramos, ainda as principais ações tomadas pela Distribuidora as quais buscaram recuperação dos resultados, otimizando os Custos e Despesas Operacionais:

- ✓ Comitê de Racionalização de Gastos – criado no primeiro trimestre de 2015, com o objetivo essencial de dar fluidez, priorização e assertividade nos gastos com investimentos, buscando atingir o máximo de economicidade e eficiência.
- ✓ Reprogramação Orçamentária – estabelecimento de orçamento conciso, ante a evolução dos métodos de construção do mesmo. Dentre as ações iniciais, houve a suspensão dos recursos administrados através do Sistema de Planejamento e Controle Financeiro (PCF), e a aplicação de premissas reais para a política de investimentos na elaboração do Plano Plurianual de 2016-2019, mais aderentes com as possibilidades financeiras da Companhia.
- ✓ Manutenção do Adimplemento das Obrigações Fiscais e Regulatórias – repactuação de débitos junto à Receita Federal do Brasil (PIS/COFINS), Estadual (ICMS) e Eletrobrás (parcelas CDE e Itaipu), permitindo a regularização de débitos.
- ✓ Manutenção do atual Plano de Desligamento Incentivado (PDI) – manutenção da política de incentivo àqueles empregados que conquistem as carências para aposentadoria e se desliguem de forma espontânea.
- ✓ Equalização dos Custos Judiciais – Trabalho de identificação de nichos de litígios institucionalizados em setores da área de concessão, passíveis de realizar trabalho combinado entre a área jurídica e técnica de atendimento ao consumidor. Tal esforço permite programar ações pró-ativas e antecipadas de forma a mitigar novas ações cíveis e indenizatórias, bem como reduzir o valor de eventuais condenações.

1.4. Continuidade Operacional

A Companhia tem apurado sucessivos prejuízos em suas operações e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$1.236.010 e R\$ 1.040.749, respectivamente.

No intuito de enfrentar tal resultado a Administração da Companhia instituiu o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), visando à reestruturação de dívidas, parcelamento de impostos e encargos setoriais, elevação das receitas e redução dos custos e despesas operacionais. Com isso, pretende elevar a geração de caixa de forma a equalizar os ativos e os passivos.

Os resultados desta política e os esforços empreendidos na continuidade operacional estão nitidamente expressos na redução dos custos e despesas operacionais, na repactuação do mútuo existente entre a CEEE-D e a CEEE-GT, postergando seu pagamento para o ano de 2018 e na expressiva melhoria dos indicadores técnicos da Companhia (DEC/FEC).

Em 2016 os enfrentamentos de desafios também se vislumbraram no cenário macroeconômico com a retração do consumo de energia e o fenômeno de migração dos clientes do mercado cativo para o mercado livre, que somados, assolam os resultados econômicos e o caixa das Distribuidoras em face da sobrecontratação de energia.

Estas situações conduzem a reflexos decisivos na geração de caixa operacional no período (EBITDA) e, conseqüentemente, prejudicam os planos de investimentos de expansão e modernização dos serviços concedidos, além de provocar inadimplência com outras obrigações.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, já externados pela Companhia por ocasião da renovação da Concessão, firmada em dezembro de 2015, prorrogando-a por mais 30 anos.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui quatro hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas. Em 2012 foi iniciado o processo de discussão pela Companhia sobre a manutenção das atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Em 2013 após a conclusão do trabalho, a Administração decidiu pela alienação das florestas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras em 24/03/2017.



3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

3.2. Reclassificações de Saldos Contábeis

A Administração da Companhia após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro reclassificou na sua demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de março de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrações do Resultado do Exercício	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	Saldos 2015 após reclassificação
Receita Operacional Líquida	3.376.936	181.122	3.558.058
Resultado Financeiro	(72.175)	(181.122)	(253.297)
Custo de Operação	(880.128)	(75.753)	(955.881)
Despesas com Vendas	(54.869)	(23.702)	(78.571)
Despesas Gerais e Administrativas	(78.682)	(29.403)	(108.085)
Outras Despesas Operacionais	(169.296)	128.858	(40.438)

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Resultado Financeiro -. Reclassificação da receita de atualização monetária do Ativo Financeiro da Concessão no montante de R\$181.122 para a Receita Operacional.
- (b) Reclassificação da despesa com débitos com consumidores das Outras Despesas Operacionais para Despesa com Vendas, no valor de R\$23.702.
- (c) Reclassificação da despesa com Pessoal das Outras Despesas Operacionais para Despesas Gerais e Administrativas, no valor de R\$29.403.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

3.3. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem às seguintes questões:

Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado, o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

Os diretores afirmam que, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.



Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro mantendo-o a valor justo, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. Os diretores entendem que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- III. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, quando aplicável, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.



4.4. Títulos Disponíveis para Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. A provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

4.7.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.7.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

4.11. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar em uma base sistemática.

4.12. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.13. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)

O Contrato de Concessão é reconhecido como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, convertida na Lei Nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP Nº 579/2012 trouxe o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Companhia ajustou o saldo do seu ativo financeiro de



indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012, através da Nota Técnica ANEEL Nº 371 de 11 de novembro de 2016.

4.14. Imobilizado

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.15. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão >= 69kv)	2,70%
Condutor (Tensão < 69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

4.16. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como

dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

4.17. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.18. Valor Justo

- I. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- II. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.19. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.20. Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.21. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.23. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.24. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.25. Reconhecimento da Receita

4.25.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.25.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.25.3. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.25.4. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originadas pelo processo judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar - CRC.

4.26. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. Os custos dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.27. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.28. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.29. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

4.30. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

4.30.1 Vigentes a partir de 01/01/2017

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017) – Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017) – Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018) - Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia não tem expectativa de impactos relevantes na aplicação do CPC 47 considerando que atualmente já apresenta de forma segregada cada receita de seus clientes, ainda que cobrada em uma mesma

fatura. Também não há expectativa de divergência no momento de reconhecimento da receita considerando que as vendas de energia são registradas na CCEE no momento em que ocorrem.

- IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) - Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia iniciou as análises dos contratos e identificaram que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras, uma vez que não foram identificados, até o momento, contratos em que a Companhia figure como arrendatário. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		20.557	61.469
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL	33	2.244	12.492
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>22.801</u>	<u>73.961</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo - SIAC/BANRISUL	33	7.782	7.570
Aplicações Financeiras Vinculadas		-	2.181
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		<u>7.782</u>	<u>9.751</u>

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$20.557 (R\$61.469 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Equivalentes de Caixa)

O valor de R\$2.244 (R\$12.492 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$7.782 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e à captação de empréstimo.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	181.475	323.038	133.489	638.002	580.862
Suprimento de Energia		151	-	-	151	111
Encargo de Uso da Rede		2.488	-	-	2.488	326
Permissonárias		1.061	-	-	1.061	219
Parcelamentos	6.2	22.115	106.233	35.656	164.004	57.702
Energia de Curto Prazo - CCEE		29.024	-	-	29.024	37.816
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	6.3	-	(238.269)	-	(238.269)	(222.081)
		<u>236.314</u>	<u>191.002</u>	<u>169.145</u>	<u>596.461</u>	<u>454.955</u>
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	10.390	-	-	10.390	113.069
		<u>10.390</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.390</u>	<u>113.069</u>

6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Residencial	87.257	85.426	108.595	281.278	196.902
Industrial	7.878	37.121	7.984	52.983	73.607
Comercial Serviços e Outras Atividades	52.674	75.449	9.016	137.139	137.639
Rural	6.034	14.259	2.908	23.201	21.949
Poder Público	12.022	26.588	523	39.133	59.412
Iluminação Pública	6.522	82.585	4.460	93.567	78.758
Serviço Público	9.088	1.610	3	10.701	12.595
Total	<u>181.475</u>	<u>323.038</u>	<u>133.489</u>	<u>638.002</u>	<u>580.862</u>

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$164.004 (R\$57.702 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante e R\$10.390 (R\$113.069 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Saldo 31/12/2015	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2016
CONSUMIDORES POR CLASSE				
Residencial	57.305	51.439	-	108.744
Industrial	8.360	-	(3.275)	5.085
Comercial Serviços e Outras Atividades	13.430	-	(6.822)	6.608
Rural	1.026	1.194	-	2.220
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	85.008	-	(5.789)	79.219
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos	54.111	-	(17.718)	36.393
Diversos	2.841	-	(2.841)	-
Total	<u>222.081</u>	<u>52.633</u>	<u>(36.445)</u>	<u>238.269</u>

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foram efetuadas análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, considerando as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
ICMS a Compensar	8.881	14.000
IRPJ e CSLL a Compensar	21.237	5.447
PIS e COFINS a Compensar	3.274	-
Outros Créditos a Compensar	3.071	1.006
Total	36.463	20.453
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar*	13.756	10.065
IRRF a Compensar	49	-
INSS a Compensar	46	-
Outros Créditos a Compensar	1	-
Total	13.852	10.065

*A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Operação	16.846	17.515
(-) Provisão para Perdas	-	(531)
Total	16.846	16.984

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Programa RELUZ	9.1 / 33	1.028	1.028
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	5.340	1.948
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	7.191	12.139
Adiantamento a Fornecedores		-	1.629
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4 / 33	11.262	4.450
Adiantamento a Empregados		5.690	3.363
Aluguel de Postes/Serviços Prestados		6.880	8.008
Cedência de Funcionários	33	282	571
Subvenção CDE - PLT	33	1.833	1.833
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015	9.5 / 33	19.048	95.238
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016	9.6 / 33	103.855	-
Outros Devedores		5.936	2.644
Total		168.345	132.851
NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Crédito a Receber		17	7
Depósitos Recursais - INSS e ISS		1.895	1.869
Total		1.912	1.876

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$1.028 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, a serem reembolsados pelas Prefeituras, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$5.340 (R\$1.948 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$7.191 (R\$12.139 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$11.262 (R\$4.450 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de outubro de 2015 a setembro de 2016, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide

nota explicativa nº 24).

9.6. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2016 a outubro de 2017, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

10. ATIVO / PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$(303.811) (R\$176.669 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos ativos e passivos financeiros decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do ciclo tarifário, e aqueles que são efetivamente pagos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente pagos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente pagos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo reajuste tarifário. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido: (Vide nota explicativa nº 1.2)

	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2016
CVA Ativa	582.857	153.568	(752.962)	60.972	44.435
Energia Elétrica Comprada	158.842	105.868	(279.737)	34.366	19.339
Transporte Itaipu	1.476	2.097	(2.709)	353	1.217
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	12.979	10.184	(22.356)	1.340	2.147
Quota CDE	407.381	6.337	(425.068)	18.818	7.468
Quota ESS	2.065	-	(6.088)	4.023	-
Proinfa	114	29.082	(17.004)	2.072	14.264
Demais Ativos Financeiros Setoriais	90.573	265.061	(346.886)	10.115	18.863
Neutralidade da Parcela A	43.304	174.484	(215.230)	10.320	12.878
Outros Componentes Financeiros	41.284	24.538	(65.822)	-	-
Quotas de Custo e Energia - Proinfa	-	5.985	-	-	5.985
Quotas de Custo e Energia - Proinfa	5.985	60.054	(65.834)	(205)	-
Total do Ativo	673.430	418.629	(1.099.848)	71.087	63.298
CVA Passiva	(208.395)	(847.524)	833.384	(66.332)	(288.867)
Energia Elétrica Comprada	(64.256)	(472.796)	450.367	(35.348)	(122.033)
Transporte Itaipu	-	(7)	43	(36)	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	(4.280)	(6.002)	11.453	(1.233)	(62)
Quota CDE	-	(228.450)	143.523	(6.680)	(91.607)
Quota ESS	(138.814)	(140.269)	225.504	(21.586)	(75.165)
Proinfa	(1.045)	-	2.494	(1.449)	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(288.366)	(311.249)	528.675	(7.302)	(78.242)
Neutralidade da Parcela A	-	(29.123)	28.376	(7.302)	(8.049)
Outros Componentes Financeiros	(288.366)	(282.126)	500.299	-	(70.193)
Total do Passivo	(496.761)	(1.158.773)	1.362.059	(73.634)	(367.109)
Passivo Financeiro Setorial Líquido	176.669	(740.144)	262.211	(2.547)	(303.811)

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$85.329 (R\$90.169 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos judiciais de processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 22).

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta a Companhia sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro a amortizar no período da concessão, que deve ser classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, a Companhia confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012.

Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045 e considerando as normas estabelecidas no ICPC 01, foi adotado o procedimento de bifurcação pelo prazo de 360 meses, sendo que os valores a serem depreciados até o término do referido prazo foram apropriados no Ativo Intangível da Concessão e o montante excedente classificado no Ativo Financeiro da Concessão sujeito a posterior indenização.

A movimentação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro	Ativo Intangível	Total dos Ativos Financeiro e Intangível
Saldo em 31 de Dezembro 2015	472.579	1.446.867	1.919.446
Adições.....	227.441	454.132	681.573
Atualização	3.591	-	3.591
Amortização.....	-	(120.943)	(120.943)
Outros.....	(234.224)	(41.485)	(275.709)
Saldo em 31 de Dezembro 2016	469.387	1.738.571	2.207.958

12.1. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

12.3. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.
- II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.
- III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária.
- IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.
- V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.
- VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Companhia apurou, ao final do exercício, o valor recuperável de seus ativos e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas tendo em vista os seguintes elementos: as ações do Plano de Ajuste Estrutural e os investimentos prudentes que estão sendo realizados de modo a incrementar a Base de Remuneração Regulatória, com foco no 4º ciclo de Revisão Tarifária que se inicia em novembro de 2016.

13. BENS E DIREITOS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda	57.845	41.045
(-) Amortização Acumulada	(15.388)	(1.818)
Outros	-	16.800
(-) Amortização Acumulada	-	(6.484)
	<u>42.457</u>	<u>49.543</u>

13.1. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Companhia. Contempla também as florestas de propriedade da Companhia no montante de R\$38.996, que antes eram classificadas como Ativo Biológico, atendendo aos pré-requisitos do CPC 29/IAS 41.

13.2. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

14. IMOBILIZADO

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2016
Custo											
Terrenos.....	3.318	-	-	-	-	3.318	-	-	8.582	-	11.900
Edificações.....	11.684	-	-	-	(46)	11.638	-	-	61.978	-	73.616
Máquinas e Equipamentos.....	13.277	-	(150)	1.964	9.246	24.337	-	(154)	43.061	(30)	67.214
Veículos.....	44.305	-	(49)	7.153	(3.977)	47.432	-	(76)	1.314	-	48.670
Móveis e Utensílios.....	6.307	-	(48)	38	288	6.585	-	(43)	539	1	7.082
	<u>78.891</u>	<u>-</u>	<u>(247)</u>	<u>9.155</u>	<u>5.511</u>	<u>93.310</u>	<u>-</u>	<u>(273)</u>	<u>115.474</u>	<u>(29)</u>	<u>208.482</u>
Depreciação											
Edificações.....	(9.813)	(131)	-	-	6	(9.938)	(152)	-	(54.223)	-	(64.313)
Máquinas e Equipamentos.....	(7.909)	(1.874)	118	16	(9.890)	(19.539)	(2.456)	144	(9.504)	(387)	(31.742)
Veículos.....	(34.704)	(3.380)	23	-	(1.658)	(39.719)	(1.098)	86	(125)	(10)	(40.866)
Móveis e Utensílios.....	(4.550)	(255)	37	-	(465)	(5.233)	(99)	81	(67)	(35)	(5.353)
	<u>(56.976)</u>	<u>(5.640)</u>	<u>178</u>	<u>16</u>	<u>(12.007)</u>	<u>(74.429)</u>	<u>(3.805)</u>	<u>311</u>	<u>(63.919)</u>	<u>(432)</u>	<u>(142.274)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)											
Fora do Escopo da Concessionária.....	82.749	(41.932)	(134.378)	163.022	121.414	190.875	(343.230)	(101.918)	442.735	(120.173)	68.289
Depreciação.....	(11.967)	(1.337)	13.251	-	(162.627)	(162.680)	(20.772)	12.443	(5)	102.424	(68.590)
	<u>70.782</u>	<u>(43.269)</u>	<u>(121.127)</u>	<u>163.022</u>	<u>(41.213)</u>	<u>28.195</u>	<u>(364.002)</u>	<u>(89.475)</u>	<u>442.730</u>	<u>(17.749)</u>	<u>(301)</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>92.697</u>	<u>(48.909)</u>	<u>(121.196)</u>	<u>172.193</u>	<u>(47.709)</u>	<u>47.076</u>	<u>(367.807)</u>	<u>(89.437)</u>	<u>494.285</u>	<u>(18.210)</u>	<u>65.907</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>108.984</u>	<u>178.432</u>	<u>-</u>	<u>(172.193)</u>	<u>6.377</u>	<u>121.600</u>	<u>426.979</u>	<u>6.896</u>	<u>(494.285)</u>	<u>38.651</u>	<u>99.841</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>201.681</u>	<u>129.523</u>	<u>(121.196)</u>	<u>-</u>	<u>(41.332)</u>	<u>168.676</u>	<u>59.172</u>	<u>(82.541)</u>	<u>-</u>	<u>20.441</u>	<u>165.748</u>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, não sendo os mesmos objetos do contrato de concessão e, por consequência, não abrangidos pela aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 (Contratos de Concessão). Estes ativos são adquiridos já fabricados e entram em operação tão logo sejam recebidos pela Companhia, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$99.841 é composto por valores registrados das obras em andamento e por materiais armazenados que ainda não entraram em operação, os quais perfazem o montante de R\$81.040, que não compõem o escopo do ICPC01/IFRIC12 (Contratos de Concessão).

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75% ao ano.

15. INTANGÍVEL

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	78.356	628.047	706.403
Aquisições	13.115	2.644	15.759
Transferência do Ativo Financeiro	-	1.465.190	1.465.190
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	91.471	2.095.881	2.187.352
Aquisições	29.721	454.132	483.853
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	121.192	2.550.013	2.671.205
Amortização			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(9.758)	(595.102)	(604.860)
Amortização do Período	(4.217)	(53.912)	(58.129)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(13.975)	(649.014)	(662.989)
Amortização do Período	(4.918)	(120.943)	(125.861)
Outros	(18.079)	(41.485)	(59.564)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(36.972)	(811.442)	(848.414)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	77.496	1.446.867	1.524.363
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	84.220	1.738.571	1.822.791

Intangível da Concessão

O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Companhia amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro (vide nota explicativa nº 13), pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente, por um período de 05 anos.

16. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Uso da Rede	23.799	23.642
Energia Elétrica Comprada para Revenda	226.405	272.302
Materiais e Serviços	123.222	113.270
Energia de Curto Prazo - CCEE	51.330	30.699
Retenção Contratual	16.440	18.477
Total	441.196	458.390
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - Itaipu	191.057	237.217
	191.057	237.217

16.1. Repactuação de Dívida – Itaipu

O montante de R\$191.057 (R\$237.217 em 31 de dezembro de 2015) no Passivo Não Circulante refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é de U\$57.539 referentes às faturas inadimplidas no período de 20/02/2015 a 30/06/2015 e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* e amortização em 60 (sessenta) meses a contar após o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	31.527	35.809
Retenções sobre a Folha de Pagamento	30.781	13.758
Prêmio Assiduidade	-	1.232
Total	62.308	50.799

O valor de R\$30.781 (R\$13.758 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	106.036	32.635
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	125	259
Parcelamento PIS / COFINS	60.627	32.300
Parcelamento ICMS	104.307	93.684
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	61	457
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	19	7.672
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	71.053	73.660
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	13.937	15.876
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	2.596
Outros	2.107	1.259
Total	358.272	260.398
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento PIS / COFINS	209.129	130.977
Parcelamento ICMS	66.289	67.818
Total	275.418	198.795

18.1. Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA

A Concessionária efetuou, em agosto de 2014, a repactuação do parcelamento existente junto à Receita Federal do Brasil, referente às contribuições do PIS e da COFINS vencidas até 31/12/13, nos termos da Lei nº 12.996/14 (REFIS DA COPA). O saldo devedor era de R\$ 49.511, sendo repactuado pelo valor de R\$ 43.826, tendo a antecipação de 20% sido parcelada em 05 (cinco) vezes, e o restante parcelado em mais 179 (cento e setenta e nove) prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidadas 28 (vinte e oito) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$30.591 (R\$30.200 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA	49.511
22/08/2014	Desconto Lei nº 12.996/14	(12.159)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	6.880
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(13.641)
	Saldo a Pagar	30.591
CIRCULANTE		2.372
NÃO CIRCULANTE		28.219
Total		30.591

18.2. Parcelamento PIS/COFINS – PGFN

O valor de R\$12.400 no passivo circulante e R\$30.560 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das competências de junho/14 a outubro/14 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 52.475 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 19 (dezenove) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$42.960 (R\$49.398 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento PIS/COFINS - PGFN	52.475
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	8.737
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(18.252)
	Saldo a Pagar	42.960
CIRCULANTE		12.400
NÃO CIRCULANTE		30.560
Total		42.960

18.3. Parcelamento PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$45.855 no passivo circulante e R\$150.350 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, das competências de janeiro/14, fevereiro/14 e novembro/2014 a março/2015 e agosto/2015 a março/2016 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$260.572 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 09 (nove) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$196.205 (R\$83.679 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
24/06/2016	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	260.572
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	17.270
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(81.637)
	Saldo a Pagar	196.205
CIRCULANTE		45.855
NÃO CIRCULANTE		150.350
		196.205

18.4. Parcelamento Estadual – ICMS Programa “Refaz 2015”

A Concessionária efetuou, em dezembro de 2014, parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 52.091/2014 (Programa “Em Dia 2014”). A Companhia efetuou, em novembro de 2015, a repactuação administrativa nos termos do Decreto nº 52.532/2015 (Programa “Refaz 2015”). O saldo devedor era de R\$ 94.368, sendo repactuado pelo valor de R\$ 87.565, em 120 (cento e vinte) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 12.031 e as demais no valor de R\$ 655, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 14 (quatorze) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$74.496 (R\$75.495 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
25/11/2015	Parcelamento ICMS "Refaz 2015"	94.368
25/11/2015	Desconto - Refaz 2015	(6.803)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	7.688
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(20.757)
	Saldo a Pagar	74.496
CIRCULANTE		8.207
NÃO CIRCULANTE		66.289
Total		74.496

18.5. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS

A Concessionária, nos meses de agosto/2016, outubro/2016 e novembro/16, realizou parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nºs 0036625299, e 0036858099 decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências junho/2016 e julho/2016. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 221.661 e será pago em 6 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidada 02 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$96.100 (R\$86.007 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
24/08/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	93.973
25/10/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	54.883
08/11/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	72.805
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	8.600
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(134.161)
	Saldo a Pagar	96.100
CIRCULANTE		96.100
Total		96.100

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

19.1. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

C R E D O R	31/12/2016							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	4.121	19.763	23.884
Consumidores	-	-	-	-	-	6.092	9	6.101
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	10.213	19.772	29.985
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.117	9.932	188.695	199.744
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	1.143	11.500	218.501	231.144
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					2.260	21.432	407.196	430.888
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					2.260	31.645	426.968	460.873
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					2.260	31.645	426.968	460.873

C R E D O R	31/12/2015							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia		PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS	RGR	5% a 7,5%	2025	02		4.122	23.884	28.006
Consumidores	-	-	-	-		832	9	841
TOTAL MOEDA NACIONAL						4.954	23.893	28.847
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01		-	237.961	237.961
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01		-	213.111	213.111
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA						-	451.072	451.072
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA						4.954	474.965	479.919
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						4.954	474.965	479.919

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

19.2. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas

de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos, a CEEE-D deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma.

A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2016 foi liberado o valor de US\$70.572 que corresponde à R\$186.103 referente ao BID e US\$60.945 que corresponde à R\$149.959 referente ao AFD.

19.3. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	2.787
2018	27.005	15.307
2019	26.827	15.903
2020	26.209	15.512
2021	27.721	16.356
Após 2021	319.206	409.100
	<u>426.968</u>	<u>474.965</u>

19.4. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2016	31/12/2015
RGR*	4,63%	5,03%
Dólar US\$	95,37%	94,97%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

*A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		39	34
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	33	974	3.154
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único	33	-	864
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	33	9.032	15.879
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	33	-	926
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		84.707	84.569
		<u>94.752</u>	<u>105.426</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão Plano Único		82.922	54.025
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único	33	52.613	52.617
Provisão Plano CEEEPREV		329.242	148.310
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	33	56.393	56.389
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		444.543	451.831
		<u>965.713</u>	<u>763.172</u>
Total		<u>1.060.465</u>	<u>868.598</u>

20.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

20.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data

em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

20.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que *“O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”*, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 da datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: *“Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”*

20.4. Provisão para Complementação de Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de

Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União R\$1,8 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

20.5. Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a..
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a..
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	2,01% a.a.	N/A	N/A	2,01% a.a.
Expectativa de Inflação	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	96,71%	100,00%	100,00%	96,71%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos de cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

20.6. Resultados da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.006.488)	(34)	(536.401)	(1.066.748)	(2.609.671)	(909.602)	(236)	(579.771)	(1.021.125)	(2.510.734)
Custo do serviço corrente	(624)	-	-	(8.360)	(8.984)	(810)	-	-	(9.810)	(10.620)
Custo de juros	(131.557)	(5)	(70.795)	(150.948)	(353.305)	(105.531)	(17)	(68.993)	(128.844)	(303.385)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(143.503)	(4)	(15.561)	(213.306)	(372.374)	(94.648)	120	17.140	15.023	(62.365)
Benefícios pagos pelo plano	115.048	4	93.506	89.299	297.858	104.103	99	95.223	78.008	277.433
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.167.124)</u>	<u>(38)</u>	<u>(529.250)</u>	<u>(1.350.063)</u>	<u>(3.046.476)</u>	<u>(1.006.488)</u>	<u>(34)</u>	<u>(536.401)</u>	<u>(1.066.748)</u>	<u>(2.609.671)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(896.334)	-	-	(957.631)	(1.853.966)	(785.168)	-	-	(847.313)	(1.632.481)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(270.790)	(38)	(529.250)	(392.431)	(1.192.510)	(221.320)	(34)	(536.401)	(219.435)	(977.190)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.167.124)</u>	<u>(38)</u>	<u>(529.250)</u>	<u>(1.350.063)</u>	<u>(3.046.476)</u>	<u>(1.006.488)</u>	<u>(34)</u>	<u>(536.401)</u>	<u>(1.066.748)</u>	<u>(2.609.671)</u>

Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto
-------------------	----------------------	---------------	---------------	----------------------	----------------------	---------------	---------------	----------------------

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	785.168	-	-	847.313	1.632.481	779.462	-	-	823.314	1.602.776
Retorno esperado dos ativos do plano	103.155	-	-	120.915	224.069	92.026	-	-	104.476	196.502
Ganhos / (perdas) atuariais	81.258	-	-	55.658	136.917	(9.472)	-	-	(33.027)	(42.499)
Contribuições do empregador	38.973	4	93.506	20.848	153.332	24.494	99	95.223	28.504	148.320
Contribuições de participantes do plano	2.828	-	-	2.196	5.024	2.761	-	-	2.054	4.815
Benefícios pagos pelo plano	(115.048)	(4)	(93.506)	(89.299)	(297.858)	(104.103)	(99)	(95.223)	(78.008)	(277.433)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>896.334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>957.631</u>	<u>1.853.966</u>	<u>785.168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>847.313</u>	<u>1.632.481</u>

20.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	270.790	38	529.250	392.431	1.192.510	221.320	34	536.401	219.435	977.190
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(135.395)	-	-	-	(135.395)	(110.660)	-	-	-	(110.660)
Passivo Atuarial	135.395	38	529.250	392.431	1.057.115	110.660	34	536.401	219.435	866.530
Passivo reconhecido na patrocinadora	135.395	38	529.250	392.431	1.057.115	110.660	34	536.401	219.435	866.530

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(110.660)	(34)	(536.401)	(219.435)	(866.530)	(65.070)	(236)	(579.771)	(197.812)	(842.889)
Pagamentos para o plano líquido de administração	38.973	4	-	20.848	59.826	24.494	99	95.223	28.504	148.320
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abruangentes	(52.023)	(4)	(15.561)	(157.647)	(225.235)	(65.687)	120	17.141	(18.004)	(66.430)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(11.685)	(5)	(70.795)	(36.197)	(118.682)	(4.397)	(17)	(68.994)	(32.123)	(105.531)
Passivo referente ao Benefício Definido	(135.395)	(38)	(622.757)	(392.431)	(1.150.621)	(110.660)	(34)	(536.401)	(219.435)	(866.530)
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	(135.395)	(38)	(622.757)	(392.431)	(1.150.621)	(110.660)	(34)	(536.401)	(221.505)	(868.600)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2016					2017 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	312	-	-	8.360	8.672	182	-	-	8.431	8.613
Contribuições dos participantes	(2.828)	-	-	(2.196)	(5.024)	(2.302)	-	-	(2.196)	(4.498)
Custo de juros	65.779	5	70.795	150.948	287.527	58.023	4	53.010	142.662	253.699
Retorno esperado dos ativos do plano	(51.577)	-	-	(120.916)	(172.493)	(45.262)	-	-	(100.990)	(146.252)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	11.685	5	70.795	36.197	118.681	10.641	4	53.010	47.907	111.562

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2016 - Real					2015 - Real				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(214.526)	(884)	(86.067)	91.229	(210.248)	(148.839)	(1.004)	(103.208)	109.233	(143.818)
Ganho/(perda) do exercício atual	(52.023)	(4)	(15.561)	(157.647)	(225.235)	(65.687)	120	17.141	(18.004)	(66.430)
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(266.549)	(888)	(101.628)	(66.418)	(435.483)	(214.526)	(884)	(86.067)	91.229	(210.248)

20.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD				
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.331)	-3,80%	(1)	-2,88%	(11.355)	-2,15%	(62.867)	-4,66%
Redução de 0,5%	47.611	4,08%	1	3,04%	11.850	2,24%	68.564	5,08%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(27.948)	-2,39%	(1)	-3,67%	(24.914)	-4,71%	(23.561)	-1,75%
Aumento da Expectativa em 1 ano	27.561	2,36%	1	3,65%	25.445	4,81%	23.073	1,71%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	73	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	4.853	0,36%
Redução de 0,5%	(72)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.312)	-0,32%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	117.542	3	29.599	183.050
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(18.176)	-	-	(28.882)
Experiência da população	44.137	1	(14.038)	-
Outras Variáveis	-	-	-	59.139
Total das perdas / (ganhos)apuradas no exercício	143.503	4	15.561	213.306

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

21. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	149.131	53.191
Repactuação de Dívida - CDE	4.098	-
CDE Conta ACR	18.016	17.003
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	128.484	98.824
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	68.185	59.851
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	584	726
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	292	363
Encargos Setoriais - CCRBT	-	644
Total	368.790	230.602
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - CDE	148.734	153.899
Recursos PEE	31.400	30.222
Recursos P&D	12.501	11.441
Obrigações Especiais	192.588	-
Total	385.223	195.562

21.1. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$5.340 referente ao PEE e R\$7.191 referente ao P&D (vide notas explicativas nº 9.2 e nº 9.3).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

21.2. Conta de Desenvolvimento Energético – Quota da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada através da Lei nº10.438 de 26 de abril de 2002, artigo 13, e alterada pelo artigo 23 da Lei nº12.783 de 11 de janeiro de 2013, é uma conta cuja arrecadação é usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas. As distribuidoras de energia são obrigadas a recolher, mensalmente, sua quota, que, por força da legislação atual, tem que ser homologada pela Aneel. O valor da quota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa.

21.3. Repactuação de Dívida – CDE

O montante de R\$4.098 no Passivo Circulante e R\$148.734 (R\$153.899 em 31 de dezembro de 2015) no Passivo Não Circulante refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial CDE celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é R\$142.716 referente às faturas inadimplidas no período de 10/02/2015 a 10/07/2015 que somam o montante de R\$215.347 compensadas dos valores a receber no montante de R\$72.631, e estabelece a remuneração sobre variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC *pro rata temporis* e amortização em 60 (sessenta) meses, sendo que nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	31/12/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	139.294	107.299	3.098	249.691	131.786	108.796	1.769	242.351
Riscos Possíveis	234.173	119.810	17.361	371.344	218.488	139.614	23.534	381.636
Total	373.467	227.109	20.459	621.035	350.274	248.410	25.303	623.987

22.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	35.886	34.468	-	70.354	29.586	51.930	-	81.516
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	103.408	72.831	3.098	179.337	102.200	56.866	1.769	160.835
Subtotal Riscos Prováveis	139.294	107.299	3.098	249.691	131.786	108.796	1.769	242.351
(-) Depósitos judiciais	(15.485)	(6.836)	(62)	(22.383)	(14.566)	(8.510)	(121)	(23.197)
Total não circulante	87.923	65.995	3.036	156.954	87.634	48.356	1.648	137.638
Total geral	123.809	100.463	3.036	227.308	117.220	100.286	1.648	219.154

22.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2014	143.990	117.985	-	261.975
(+) Novos Ingressos	7.997	14.321	1.450	23.768
(-) Pagamentos	(9.426)	(36.944)	(20)	(46.390)
(-) Montantes Revertidos	(66.275)	(28.255)	(156)	(94.686)
(+) Atualização Monetária	22.596	27.127	496	50.219
(-) Montantes Depositados	18.338	6.052	(122)	24.268
(=) Saldo Final Dezembro/2015	117.220	100.286	1.648	219.154
(+) Novos Ingressos	38.565	40.336	1.297	80.198
(-) Pagamentos	(27.272)	(28.299)	(82)	(55.653)
(-) Montantes Revertidos	(22.065)	(34.338)	(313)	(56.716)
(+) Atualização Monetária	18.281	20.805	426	39.512
(+/-) Montantes Depositados	(920)	1.673	60	813
(=) Saldo Final Dezembro/2016	123.809	100.463	3.036	227.308

22.3. Natureza das ações

22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

22.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

22.3.3. Tributárias

A Concessionária, no que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D, possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$12.543 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Companhia.

23.1. Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Exclusões Temporárias	-	170.684
Atualização do Ativo Financeiro	78.433	78.433
Base de Cálculo	78.433	249.117
(-) 30% da Base Negativa de anos anteriores	(23.530)	(74.735)
Base de Cálculo após Compensação	54.903	174.382
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	18.667	59.290

23.2. Estimativa de Liquidação - Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2017	1.867	1.867
Exercício de 2018	1.867	1.867
Exercício de 2019	1.867	1.867
Exercício de 2020	1.867	1.867
A partir do Exercício de 2021	11.199	51.822
	18.667	59.290

23.3. Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de Contribuição Social

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia acumulou prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o lucro nos valores de R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015) e R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$1.267.409 (R\$1.090.058 de 31 de dezembro de 2015).

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Encargo de Capacidade Emergencial		1.551	1.554
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		5.964	7.846
Consumidores	24.1	15.032	18.793
Parcelamento ANEEL - Auto Infração	24.2	-	1.630
Parcelamento AGERGS - Auto Infração	24.3	3.738	-
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	24.4	-	1.241
Acordo Judicial Cível	24.5	-	5.603
Conta Gráfica	33	9.318	15.132
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 (nota explicativa nº 9.5)...		-	85.714
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016 (nota explicativa nº 9.5)...		86.546	-
Provisão de Valores não Faturados		9.508	-
Outros Credores		16.620	21.610
Total		148.277	159.123
NÃO CIRCULANTE			
Provisão Auto de Infração	24.6	20.228	23.801
Comercialização de Energia na CCEE	24.7	16.576	15.464
Mútuo CEEE-GT	24.8/33	355.276	342.448
Outros Credores		2.829	-
Total		394.909	381.713

24.1. Consumidores

O valor de R\$15.032 (R\$18.793 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

24.2. Parcelamento ANEEL – Auto de Infração 0094/2014

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração nº 0094/2014-SFE, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 1.956, em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de agosto/2016, restando liquidado tal parcelamento.

24.3. Parcelamento ANEEL – Auto de Infração 01/2012

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração AGERGS nº 01/2012, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 6.408, e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 05 (cinco) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$3.738.

Data do Evento	Histórico	Valor
12/08/2016	Parcelamento ANEEL	6.408
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	42
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(2.712)
	Saldo a Pagar	3.738
CIRCULANTE		3.738
Total		3.738

24.4. Acordo Judicial Reclamatória Trabalhista

A Companhia efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Companhia perfaz R\$22.451. O montante acordado foi pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$694 e as demais no valor de R\$310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

24.5. Acordo Judicial Cível

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. O processo de conciliação foi efetivado em setembro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 22.173. O montante acordado será pago em 18 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

24.6. Provisão Autos de Infração

O valor de R\$20.228 (R\$23.801 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

24.7. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$16.576 (R\$15.464 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de

suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

24.8. Mútuo CEEE-GT

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil). As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$355.276.

Data do Evento	Histórico	Valor
31/12/2016	Parcelas Liberadas até 31/12/2016	300.000
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	86.276
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(31.000)
	Saldo a Pagar	355.276
NÃO CIRCULANTE		355.276
Total		355.276

25. PASSIVO A DESCOBERTO

25.1. Capital Social

O capital social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2016						31/12/2015	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	255.276.346	65,92
ELETRÓBRÁS	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59	126.187.018	32,59
Municípios	33.023	0,34	50.708	30,92	83.731	0,87	3.354.007	0,87
Custódia BM&F Bovespa S.A	35.252	0,37	22.964	14,00	58.216	0,60	2.317.857	0,60
Outros	603	0,01	1.617	0,99	2.220	0,02	94.600	0,02
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	387.229.828	100,00

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações demonstradas na tabela acima.

25.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

25.3. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Perda Atuarial	(435.484)	(210.249)
	<u>(435.484)</u>	<u>(210.249)</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do prejuízo básico e diluído foi o prejuízo líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

26.1. Básico

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(442.080)	(7.619)	(449.699)
Denominador Básico	9.516.732	164.014	9.680.746
Média das Ações	<u>(46,45)</u>	<u>(46,45)</u>	<u>(46,45)</u>

	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(505.532)	(8.712)	(514.244)
Denominador Básico	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico por Ação - R\$	<u>(1,33)</u>	<u>(1,33)</u>	<u>(1,33)</u>

26.2. Diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador Diluído		
Prejuízo Líquido para as ações ordinárias.....	(442.080)	(505.532)
Prejuízo Líquido para as ações preferenciais.....	(7.619)	(8.712)
	<u>(449.699)</u>	<u>(514.244)</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	380.669.270
Ações Preferenciais	164.014	6.560.558
	<u>9.680.746</u>	<u>387.229.828</u>
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	<u>(46,45)</u>	<u>(1,33)</u>

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	2.874.679	2.779.442
Passivo/Ativo Financeiro Setorial	(371.726)	274.863
Renda Não Faturada	133.741	44.771
Suprimento de Energia Elétrica	14.299	2.200
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.817.723	1.890.209
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.628	110.057
Receita de Construção	372.654	359.616
Remuneração do Ativo Financeiro	3.615	181.122
Outras Receitas Operacionais	146.937	131.944
	<u>4.993.550</u>	<u>5.774.224</u>
Deduções da Receita		
ICMS	(1.307.782)	(1.054.911)
PASEP e COFINS	(242.624)	(206.498)
Outros Encargos	(86.994)	(326.258)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(24.952)	(29.932)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(564.474)	(595.442)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSE	(2.470)	(3.125)
	<u>(2.229.296)</u>	<u>(2.216.166)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>2.764.254</u>	<u>3.558.058</u>

O valor de R\$133.741 (R\$44.771 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

27.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Residencial	1.377.152	1.374.764	2.665.715	2.879.617
Industrial	12.561	13.006	686.755	1.154.205
Comercial	143.406	144.646	1.880.993	2.327.936
Rural	87.444	86.774	517.703	561.019
Poder Público	7.957	7.644	329.071	295.966
Outros*	1.237	1.102	1.325.443	1.248.713
	<u>1.629.757</u>	<u>1.627.936</u>	<u>7.405.680</u>	<u>8.467.456</u>

(*) Não auditado

	Fornecimento R\$		Fornecimento (%)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Residencial	1.360.658	1.108.332	45,23%	39,24%
Industrial	329.116	460.635	10,94%	16,31%
Comercial	905.022	836.034	30,08%	29,60%
Rural	156.783	127.660	5,21%	4,52%
Poder Público	161.785	113.201	5,38%	4,01%
Outros*	95.056	178.351	3,16%	6,32%
	<u>3.008.420</u>	<u>2.824.213</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

	Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$ (b)	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Uso do Sistema	1.817.723	1.890.209
	<u>1.817.723</u>	<u>1.890.209</u>

*A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e à Iluminação Pública.

27.2. Receita de Construção

A Companhia reconhece as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária a remuneração com margem diferente de zero sobre os serviços de construção. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

Em atendimento ao ICPC 01 (IFRIC 12) que estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita de serviços que presta de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, a CEEE-D reconhece a receita de construção em igual valor ao custo de construção apurado no período.

28. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.741.899	2.464.635
Encargo de Uso do Sistema	198.258	236.343
	<u>1.940.157</u>	<u>2.700.978</u>

28.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$ (*)	31/12/2016	31/12/2015
Energia Comprada Hídrica	608.285	773.215
Energia Comprada Hídrica Itaipu	306.859	527.873
Energia Comprada Térmica	381.426	570.697
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras	445.329	592.850
	<u>1.741.899</u>	<u>2.464.635</u>

(*) Valores líquidos dos Repasses CDE e CCRBT

29. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	264.787	224.676	-	-	51.826	53.084	-	-	316.613	277.760
Cláusula 25 CTP	5	17	-	-	-	-	-	-	5	17
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012..	119.108	93.074	-	-	15.302	17.183	-	-	134.410	110.257
INSS - Empregador	53.613	65.870	-	-	10.268	301	-	-	63.880	66.171
Administradores	288	(1)	-	-	1.639	1.971	-	-	1.927	1.970
Subtotal Pessoal / Administradores	437.801	383.636	-	-	79.035	72.539	-	-	516.836	456.175
Empréstimo Fundação ELETROCEEE - SF 1254.....	15.263	19.023	-	-	-	-	-	-	15.263	19.023
Total Pessoal e Administradores	453.064	402.659	-	-	79.035	72.539	-	-	532.099	475.198
Material	31.631	20.687	-	-	1.600	707	-	-	33.231	21.394
Serviço de Terceiros	112.367	95.393	13.245	13.316	24.696	27.344	-	-	150.308	136.053
Depreciação e Amortização	16.805	1.499	-	-	6.551	3.222	-	-	23.356	4.721
Custo de Construção	372.654	359.616	-	-	-	-	-	-	372.654	359.616
Amortização do Intangível da Concessão	101.662	53.912	-	-	-	-	-	-	101.662	53.912
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	81	49	-	-	81	49
Arrendamentos e Aluguéis	8.903	8.321	-	-	206	190	-	-	9.109	8.511
Seguros	164	106	-	-	32	32	-	-	196	138
Tributos	7.496	1.691	-	-	835	3.544	-	-	8.332	5.235
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	33.494	41.554	-	-	-	-	33.494	41.554
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	42.428	(13.371)	42.428	(13.371)
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	30.262	24.997	30.262	24.997
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	-	9.071	-	9.071
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(7.152)	(4.195)	(7.152)	(4.195)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	2.062	3.359	2.062	3.359
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	4.092	5.966	4.092	5.966
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	7.092	1.842	7.092	1.842
Débitos de Consumidores	-	-	24.764	23.702	-	-	-	-	24.764	23.702
Outros	6.942	11.997	-	(1)	1.907	458	2.112	12.769	10.962	25.223
TOTAL	1.111.688	955.881	71.503	78.571	114.943	108.085	80.896	40.438	1.379.030	1.182.975

30. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

OUTRAS RECEITAS	31/12/2016	31/12/2015
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	28.421	29.836
Receita de Aluguel de Postes	23.620	21.541
Acordo CGTEE Processo nº 2344/07	28.203	-
Outras	16.096	13.987
	<u>96.340</u>	<u>65.364</u>
OUTRAS DESPESAS	31/12/2016	31/12/2015
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(19.968)	(23.538)
Perda Fração CIAP - ICMS	(4.788)	(5.407)
Outras	(19.797)	(12.237)
	<u>(44.553)</u>	<u>(41.182)</u>

31. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicações Financeiras	8.505	5.831
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	85.861	55.831
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	14.079	12.817
Variação Cambial - Energia Comprada	31.168	30.844
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	212.953	52.214
Variação Monetária - SELIC CVA	72.143	73.211
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	5.298
Outras Receitas Financeiras	40.925	43.578
Total Receita Financeira	<u>465.634</u>	<u>279.624</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(106.208)	(76.568)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(28.154)	(20.543)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(100.591)	(190.871)
Variação Cambial - Energia Comprada	(14.036)	(104.728)
Variação Monetária - SELIC CVA	(74.488)	(17.712)
Juros e Multas	(77.975)	(19.458)
Correção Monetária, Juros e Despesas Financeiras com Parcelamentos	(113.754)	(74.081)
Outras Despesas Financeiras	(15.084)	(28.960)
Total Despesa Financeira	<u>(530.290)</u>	<u>(532.921)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(64.656)</u>	<u>(253.297)</u>

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Ajustes IFRS	-	-	(5.882)	(2.118)
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(29.870)	(10.753)	(24.093)	(8.673)
IR CS Diferidos	(29.870)	(10.753)	(29.975)	(10.791)
Total IRPJ e CSLL	(29.870)	(10.753)	(29.975)	(10.791)

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2016			
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	5	2.244	-	-	-
Aplicações financeiras	5	7.782	-	-	-
Parcelamentos		21.946	-	-	-
Cedência de funcionários	9	69	157	-	56
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	11.262	-
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015	9	-	-	19.048	-
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016	9	-	-	103.855	-
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	10	-	-	5.985	-
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	2.861	-
		32.041	157	143.011	56
Passivo					
Conta Gráfica	24	-	9.318	-	-
Mútuo CEEE-GT	24	-	355.276	-	-
Fornecedores	16	-	7.775	-	-
Contribuição Patrocinadora	20	-	-	-	10.006
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	4.121	-
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	19.763	109.006
		-	372.369	23.884	119.012
Resultado					
Energia elétrica comprada para revenda		-	(2.434)	-	-
Encargos de uso do sistema		-	(54.769)	-	-
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(50.727)
Receita financeira		5.821	21	-	-
Despesa financeira		-	(45.483)	(1.816)	-
		5.821	(102.665)	(1.816)	(50.727)

		31/12/2015				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	12.492	-	-	-	12.492
Aplicações financeiras	5	7.570	-	-	-	7.570
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	162	270	-	139	571
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	4.450	-	4.450
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015	9	-	-	95.238	-	95.238
Quotas de Custo e Energia - Proinfra e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	10	-	-	5.985	-	5.985
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	2.861	-	2.861
		42.170	270	108.534	139	151.113
Passivo						
Conta Gráfica	24	-	15.132	-	-	15.132
Mútuo CEEE-GT	24	-	342.448	-	-	342.448
Fornecedores	16	-	9.811	-	-	9.811
Contribuição Patrocinadora	20	-	-	-	19.033	19.033
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	4.122	1.790	5.912
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	23.884	109.006	132.890
		-	367.391	28.006	129.829	525.226
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(355)	-	-	(355)
Encargos de uso do sistema		-	(52.301)	-	-	(52.301)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(69.533)	(69.533)
Receita financeira		4.399	-	-	-	4.399
Despesa financeira		-	(34.865)	(2.673)	-	(37.538)
		4.399	(87.521)	(2.673)	(69.533)	(155.328)

33.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.927 (R\$2.108 em 31 de dezembro de 2015), possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração	312	330
Conselho Fiscal	159	132
Verba de Representação e Honorário Diretor não Empregado	633	655
Pessoal Adido	296	257
Encargos	527	596
Subtotal	1.927	1.970
Diretores Empregados	-	138
Total	1.927	2.108

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	5	2.244	12.492
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante.....	5	7.782	7.570
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	-	2.181
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	606.851	568.024
Disponível para Venda			
Ativo Financeiro da Concessão	12	469.387	472.579
TOTAL		1.086.264	1.062.846
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	16	441.196	458.390
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	19	454.772	479.078
TOTAL		895.968	937.468

34.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras e aos Consumidores estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$143.401. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$86.740. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

34.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	22.801	73.961
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	7.782	9.751
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	606.851	568.024
Ativo Financeiro da Concessão	12	469.387	472.579
Total		1.106.821	1.124.315

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

II. Garantias

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte das contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

34.1.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada quatro anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

34.1.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Companhia está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis - MCSD.

Além do recurso de descontratação, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

LEILÃO	TIPO ENERGIA	PRODUTO	MWh (*)	%
4º Leilão	Energia Existente Hidrica	2009-8	190.526,38	2,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2008-30	22.150,88	0,2%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2009-30	9.239,24	0,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2010-30	279.893,79	3,1%
3º Leilão	Energia Nova Hidrica	2011-30	112.559,23	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-30	106.479,81	1,2%
LPE Santo Antônio	Energia Nova Hidrica	2012-30	214.968,02	2,4%
LPE Jirau	Energia Nova Hidrica	2013-30	545.702,80	6,0%
LPE Belo Monte	Energia Nova Hidrica	2016-30	55.872,22	0,6%
8º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-30	46,63	0,0%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014-3	363.077,32	4,0%
13º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014-6	615.539,71	6,7%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2008-T15	152.814,06	1,7%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2009-T15	103.007,69	1,1%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2010-T15	261.992,15	2,9%
4º Leilão	Energia Nova Termica	2010-T15	39.368,20	0,4%
6º Leilão	Energia Nova Termica	2011-T15	36.736,45	0,4%
3º Leilão	Energia Nova Termica	2011-T15	105.833,38	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Termica	2012-T15	231.030,49	2,5%
7º Leilão	Energia Nova Termica	2013-T15	699.044,64	7,7%
12º Leilão	Energia Nova Eólica	2014-OF20	44.834,20	0,5%
12º Leilão	Energia Nova Termica	2014-T20	52.531,97	0,6%
12º Leilão	Energia Nova Hidrica	2014-H30	23.172,12	0,3%
13º Leilão	Energia Existente Termica	2014-T05	304.368,72	3,3%
8º Leilão	Energia Nova Termica	2012-T15	466,32	0,0%
14º Leilão	Energia Existente Hidrica	2015-3	138.452,59	1,5%
14º Leilão	Energia Existente Termica	2015-3	134.953,26	1,5%
13º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	116.524,27	1,3%
13º Leilão	Energia Nova Termica	2016-T20	6.240,77	0,1%
17º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	172.017,48	1,9%
ITAIPU			1.943.430,03	21,3%
PROINFA			192.383,16	2,1%
ANGRA			342.462,65	3,7%
COTAS GARANTIA FISICA			2.632.010,70	28,8%
BILATERAIS			33.906,24	0,4%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			(1.150.871,61)	-12,6%
TOTAL			9.132.765,96	100,0%

(*) Não auditado

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração;

34.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e

Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. As alterações cambiais provenientes dos contratos de energia de Itaipu serão repassadas à tarifa por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A- CVA.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,26 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2017, correspondente ao dólar a R\$3,10. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2016	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	407.196	342.411	428.014	513.617
Fornecedores (Itaipu Binacional)	294.813	247.908	309.885	371.862
Passivo Líquido Exposto	702.009	590.319	737.899	885.479
Efeito Líquido da Variação Cambial			147.580	295.160

34.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.801	22.801	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	7.782	7.782	-	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	606.851	596.461	-	-	10.390
Ativo Financeiro da Concessão	12	469.387	-	-	-	469.387
		1.106.821	627.044	-	-	479.777
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	19	1.047.127	74.164	102.570	263.762	606.631
Fornecedores	16	632.253	441.196	-	191.057	-
		1.679.380	515.360	102.570	454.819	606.631

34.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua

prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

34.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A Companhia desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2016 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/09/2016. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	19					
Eletrobras - RGR		Sem Risco	23.884	23.884	23.884	23.884
			23.884	23.884	23.884	23.884
Passivo Exposto			(23.884)	(23.884)	(23.884)	(23.884)
Efeito esperado no Resultado				-	-	-

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus passivos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS7. Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

34.1.8. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.801	22.801
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	7.782	7.782
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	606.851	606.851
Ativo Financeiro da Concessão	12	469.387	469.387
Total		1.106.821	1.106.821
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	19	454.772	1.047.127
Fornecedores	16	441.196	441.196
Total		895.968	1.488.323

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto Empréstimos e Financiamentos estão registrados contabilmente com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

34.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo utilizando um método de avaliação e classificados conforme tabela a seguir:

	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	2.244	-	2.244	-
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante.....	7.782	-	7.782	-
Ativo Financeiro da Concessão	469.387	-	-	469.387
		-	10.026	469.387

	Valor contábil 31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	12.492	-	12.492	-
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante.....	7.570	-	7.570	-
Aplicações Financeiras Vinculadas	2.181	-	2.181	-
Ativo Financeiro da Concessão	472.579	-	-	472.579
		-	22.243	472.579

34.1.10. Apuração do valor justo

Nível 1 – O valor justo das Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam

variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

35. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 11/04/2016 à 11/04/2017. O valor do ativo segurado é de R\$52.942 e o valor do prêmio é de R\$150.

36. INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS

36.1 Investimentos (*)

A Companhia aplicou o montante de R\$183,6 em investimentos no exercício de 2016. Entende-se por investimento o somatório das adições no ativo imobilizado, desconsiderando as obrigações especiais.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Distribuição											
Terrenos	33.453	-	-	-	9.747	-	43.200	-	-	43.200	33.453
Edificações, obras civis e benfeitorias	85.962	-	(918)	19.692	95.141	1.431	201.908	19.374	(145.981)	55.927	21.247
Máquinas e Equipamentos	2.798.089	-	(59.147)	442.641	866.656	(1.599)	4.046.640	383.494	(1.927.375)	2.119.265	1.448.751
Veículos	37.861	-	(30)	-	-	118	37.950	30	(37.370)	580	727
Móveis e Utensílios	4.185	-	(59)	94	-	(7)	4.213	35	(3.255)	958	997
Administração											
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.622	-	-	1.622	1.622	(18)	1.604	-
Máquinas e Equipamentos	20.233	-	(691)	28.412	-	1.289	49.243	27.721	(19.251)	29.992	4.198
Veículos	8.676	-	-	1.325	-	(175)	9.826	1.325	(2.602)	7.224	6.985
Móveis e Utensílios	2.216	-	(25)	246	-	5	2.442	221	(1.911)	531	357
Não Vinculados											
Terrenos	3.318	-	-	-	-	-	3.318	-	-	3.318	3.318
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.624	-	-	-	-	-	11.624	-	(10.087)	1.537	1.687
Máquinas e Equipamentos	1.044	-	-	-	-	-	1.044	-	(978)	66	78
Veículos	894	-	-	-	-	-	894	-	(894)	-	-
Móveis e Utensílios	185	-	-	-	-	-	185	-	(185)	-	-
Obrigações Especiais	(175.757)	-	-	(109.138)	(231.039)	(552)	(516.486)	(109.138)	106.366	(410.120)	(142.215)
Subtotal	2.831.981	-	(60.270)	384.895	740.505	511	3.897.622		(2.043.542)	1.854.082	1.379.583
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil											
	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Distribuição											
Máquinas e Equipamentos	283.829	80.224	-	(268.592)	-	73.892	149.353	(208.368)	-	149.353	283.829
Outros	327.140	169.806	-	(193.837)	-	(68.316)	234.793	(24.031)	-	234.793	327.140
Administração											
Máquinas e Equipamentos	16.119	2.159	-	(28.412)	-	12.211	2.077	(26.253)	-	2.077	16.119
Outros	15.512	2.020	-	(3.192)	-	(6.894)	7.446	(1.172)	-	7.446	15.512
Obrigações Especiais em Curso	(86.200)	(50.612)	-	109.138	-	889	(26.785)	58.526	-	(26.785)	(86.200)
Subtotal	556.399	183.597	-	384.895	-	11.782	366.884	(201.298)	-	366.884	556.399
Total do Ativo Imobilizado	3.388.381	183.597	(60.270)	0,00	740.505	12.293	4.264.506	-	(2.043.542)	2.220.966	1.935.982

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição										
Serviços	2.677	-	-	-	-	-	2.677	-	2.677	2.739
Softwares	11.909	-	-	125	1.800	478	14.312	(9.825)	4.487	4.824
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softwares	6.606	-	-	17.971	-	95	24.673	(9.067)	15.606	45
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.192	-	-	18.096	1.800		41.661	- 18.892	22.769	7.608
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição										
Serviços	1.121	120	-	-	-	(222)	1.019	-	1.019	1.160
Softwares	944	-	-	(125)	-	-	819	-	819	833
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softwares	71.434	14.260	-	(17.971)	-	5.360	62.363	-	62.363	84.230
Outros	-	2.958	-	-	-	-	2.958	-	2.958	-
Subtotal	73.499	17.338	-	18.096	-	-	67.159	-	67.159	86.223

(*) Informações não auditadas

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Parcelamento ICMS

A Companhia protocolou, em janeiro/17 e fevereiro/17, solicitação de 02 (dois) parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nº 0038526719 e nº 0038734664, decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencido nas competências de novembro/2016 e dezembro/2016. O valor da obrigação perfaz a importância de R\$ 59.196, o montante parcelado será pago em 6 (seis) prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$ 9.866 atualizadas mensalmente pela taxa SELIC.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS

Diretor

JULIO ELOI HOFER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

LUIZ CARLOS SACILOTO TADIELLO

Diretor

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

ELISANGELA MOURA RODRIGUES

Contadora CRCRS 62384